

Comissão de Justiça será alterada

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, responsável pelo julgamento preliminar dos deputados citados no relatório final da CPI do Orçamento, será totalmente alterada no dia 1º de fevereiro para evitar a atuação de grupos parlamentares ligados a prováveis denunciados, como o líder do PMDB na Câmara, Genebaldo Corrêia (BA). Esse acordo foi firmado há três semanas entre todas as lideranças e o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira. A Comissão do Senado não deverá ser alterada, porque os líderes das duas casas avaliam que sua formação é "equilibrada" e não favorece a qualquer senador que venha a ser denunciado.

Já está definido que os novos membros da CCJ não poderão ter qualquer tipo de ligação com os citados no relatório da CPI. Por isso, os nomes só começarão a ser discutidos, formalmente, na semana que vem, quando estará sendo votado o relatório do deputado Roberto Ma-

galhães (PFL-PE). "Se a composição da comissão não for alterada, o Genebaldo, além de inocentado, poderá ser beatificado", disse uma importante liderança política do PMDB. "O deputado Ricardo Fiuzza, se a comissão for essa aí, ganha até atestado de idoneidade", teme um senador pefelista que negociou a mudança da comissão.

A presidência ficará com o PMDB e a relatoria com o PFL, mas os líderes estão encontrando algumas dificuldades para a indicação dos nomes. O vice-presidente da CPI do Orçamento, Odacir Klein (PMDB-RS), foi sondado por líderes de diversos partidos para assumir a presidência da comissão. Klein recusou a indicação por entender que não poderia conduzir o julgamento de processos por ele investigados. O deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), que também tem o perfil idealizado pelas lideranças, está impedido de assumir o cargo, por ser o relator-geral da revisão

constitucional. Cogita-se, sem muita força, a indicação do deputado José Thomaz Nonô (PMDB-AL). Não se fala em nome para a relatoria, mas está acertado que o perfil deve ser igual ao do relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PE).

Casuísmo — Para não parecer que a mudança na composição da CCJ é um "casuismo político", ficou acertado que todas as comissões permanentes da Câmara serão alteradas no mesmo dia. A desculpa política para a iniciativa é que regimentalmente o mandato das comissões termina no dia 14 de fevereiro, sendo necessária uma nova eleição das mesas de cada uma delas. "Isto pode ser muito prejudicial para a votação do relatório da CPI", disfarça o deputado José Genoíno (PT-SP). "Imaginem só ter que parar todo o processo de julgamento porque a comissão precisa ser modificada", completa. O presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira, tem utilizado os mesmos argumentos.